

RONALDO LARANJEIRA E JOHN DUNN

Boas intenções não bastam

Comissão especial da Câmara aprovou, por unanimidade, projeto substitutivo que estabelece uma série de mudanças em relação ao uso de drogas no País. O fato de uma comissão do Congresso se ter manifestado em tema de tal importância para a sociedade brasileira deve ser aplaudido. Assim como também deve ser aplaudido o trabalho exaustivo dos integrantes dessa comissão, que vêm lutando bravamente nos últimos anos pelo estabelecimento de pelo menos um rudimento de uma política de drogas no País. No entanto, vários aspectos desse projeto de lei e do passado recente do Congresso fazem com que tenhamos mais do que ceticismo com o futuro.

Em primeiro lugar, a comissão não mostra saber que uma verdadeira política de drogas é muito mais que mudanças numa lei. Precisamos de uma mudança estrutural das atividades de governo no controle da oferta e restrições ao consumo também das drogas lícitas. Ter-se-ia feito um bem maior ao País se tivéssemos criado um projeto mais global, no qual as competências e deveres do próprio governo federal e dos governos estaduais em relação a todas as drogas fossem mais bem delineados. Ao en-

fatizar em demasia as drogas ilícitas, a comissão não avançou muito para se criar uma política racional de drogas no País.

O álcool e o tabaco são as drogas que apresentam maior custo social em qualquer comunidade. Todos os países que conseguiram avanços significativos com as drogas ilícitas também o fizeram em função de uma política de governo consistente com as drogas lícitas. Os controles sociais que diminuem o consumo de álcool e tabaco, como, por exemplo, aumento substancial do preço, proibição de propaganda e da venda a

**Precisamos
de ações
comunitárias
que façam
uma diferença
prática**

menores de idade, educação nas escolas, produzem mudanças das atitudes das pessoas quanto ao uso de substâncias e à saúde como um todo. No Brasil não temos políticas de governo nas áreas de álcool e tabaco. Continuamos permitindo a propaganda descarada dessas drogas em todos os meios de comunicação. O preço de uma lata de cerveja é quase o mesmo de um refrigerante. Temos dos maços de cigarros mais baratos do mundo, com preço de US\$ 1, quando comparado com o custo médio de US\$ 4 na Europa.

A experiência internacional também mostra que uma política de dro-

gas eficiente ocorre quando existe um governo com uma boa administração na área de saúde e com grande flexibilidade na implementação das ações dessa política. A infecção pelo HIV dos usuários de drogas é somente um dos mais trágicos exemplos da falta de flexibilidade que existe no Brasil. Temos uma das mais altas prevalências de Aids entre os usuários, com cerca de 50% deles infectados. O Reino Unido apresenta uma das mais baixas, ao redor de 1%. A grande diferença é que desde 1986, logo no começo da epidemia da Aids, se desenvolveu uma política pragmática de oferecer seringas e agulhas aos dependentes, o que preveniu a morte de milhares de pessoas.

É bastante discutível se o Congresso é o local mais adequado para efetivamente contribuir para uma política de drogas, devido principalmente à sua lentidão e à velocidade com que as necessidades de uma política de drogas mudam. A lentidão do Congresso fica por demais evidente em relação ao tabaco. Nas últimas duas décadas, mais de 30 projetos de lei lhe foram submetidos visando regular esse produto. Nenhum foi aprovado. Mesmo quando o Congresso tem boas intenções, é discutível que as ações sejam efetivamente implementadas. O projeto atual recomenda que todos os usuários que forem identificados pela polícia sejam

encaminhados para tratamento. Essa recomendação talvez seja a parte mais ingênua do projeto. Não temos no Brasil uma rede pública capaz de tratar nem mesmo os pacientes que voluntariamente procuram os serviços. Para efetivamente criarmos essa rede de serviços a comissão deveria indicar a origem dos recursos e como estes seriam alocados.

Precisamos no Brasil de ações comunitárias que façam uma diferença prática. O exemplo da Prefeitura de São Paulo, que está implementando uma política local de controle do fumo, e o da Prefeitura de Santos, que tenta prevenir a transmissão do HIV distribuindo seringas, devem ser seguidos onde iniciativas locais advindas de vontade política fazem uma grande diferença em termos de ações.

Ao continuarmos omissos em relação às drogas legais e ao não criarmos uma estrutura administrativa, quer federal, quer estadual e municipal, que estimule as ações locais e forneça ao governo as ações que deveriam ser implementadas a curto e médio prazos, será pouco provável que consigamos avanços no controle social das drogas no País.

■ *Ronaldo Laranjeira e John Dunn são pesquisadores da Unidade de Pesquisa em Alcool e Drogas (Uniad) do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina*